



## Editorial

O número 20 do periódico **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, publicado no primeiro semestre de 2018, seleciona artigos originais nas áreas de **Ciência Política e Políticas Públicas**. Como os anteriores, este número valoriza e estimula trabalhos transdisciplinares que partem de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

**Maria Goreti Macedo Lobo de Andrade** e **Liduína Farias Almeida da Costa**, no artigo **“Microrregionalização de saúde em contexto de reforma do Estado: experiência de implantação de projeto piloto”**, discutem o processo de implantação das microrregiões de saúde no Ceará, com foco no projeto piloto do município de Baturité. O estudo teve por objetivo registrar as articulações entre os diversos protagonistas do processo, bem como as “etapas” de implantação desse projeto piloto, cujo propósito era proporcionar uma matriz de referência para a microrregionalização de saúde no estado.

Sobre a cidade de Fortaleza, destacam-se dois artigos: o primeiro, intitulado **“Os limites e as possibilidades dos Cucas como política pública de juventudes em rede”**, escrito por **Erlon Albuquerque de Oliveira** e **Alexandre Almeida Barbalho**; e o segundo, de **Lidia Valesca Bonfim Pimentel Rodrigues**, intitulado **“Políticas públicas de atendimento à população de rua: reflexões sobre efetivação de direitos em Fortaleza”**. O primeiro artigo trata da análise no modelo de rede aplicado nas políticas públicas do Cucas, fenômeno complexo e multifacetado, que exigiu um olhar atento às possíveis alterações na forma de organização da sociedade atual e nos últimos 10 anos. O segundo artigo reflete sobre uma das expressões mais extremas da questão social na contemporaneidade: a relação entre as políticas públicas e a pessoa em situação de rua.

Em **“Do normativo ao empírico: participação da sociedade no Programa Nacional de Crédito Fundiário no Piauí”**, **Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva** e **Maria D’Alva Macedo Ferreira** verificaram como se dá na prática tal participação, preocupação que surgiu ao identificar que o estado em análise se encontra marcado pela oligarquização do poder com práticas clientelistas e que o âmago do programa em tela é democrático, com participação efetiva da sociedade pautada pela autonomia e o controle social.

O artigo **“Parceria público-privada para a prestação de serviços não assistenciais na atenção primária à saúde de Belo Horizonte”**, de **Cristina Maria da Paz Oliveira Martins** e **Carla Jorge**

---

**Machado**, trata da necessidade de buscar formas de financiamento que não venham na contramão do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, que não requeiram a entrega de ações assistenciais ao setor privado, mas que constituam formas de delegar as ações não assistenciais, visto que o SUS não precisa desenvolver expertise nesse campo.

**Fernando Almeida Barbalho** analisa “**A emergência do campo de políticas públicas de dados abertos governamentais no Brasil**”, proporcionando uma leitura das políticas públicas de produção e consumo de dados abertos, segundo a teoria de campos de ação estratégica. No Brasil, o campo de dados abertos governamentais se caracteriza como emergente, já que ainda não se estabilizou.

No âmbito da segurança pública, dois artigos se destacam: “**Monitoramento eletrônico como medida de proteção às mulheres vítimas de violência**” (**Lia Gondim Araujo** e **Maria Helena de Paula Frota**) e “**Estado, políticas públicas e segurança no Pronasci: ascensão e queda**” (**Lucia Maria Bertini** e **Francisco Horácio da Silva Frota**). O primeiro artigo aborda os conceitos e as experiências do monitoramento eletrônico de homens agressores como medida de proteção às mulheres vítimas de violência; e o segundo analisa o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) como política de segurança pública no Brasil, a partir de revisão da literatura pertinente e apontamentos sobre a vivência da execução municipal do Pronasci em Fortaleza-CE.

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.